

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 235/2025

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2025.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| | |
|---|-------------------------------------|
| Nome: Rumos Distribuidora de Petroleo S/A | CPF/CNPJ: 10.767.247/0001-91 |
| Endereço: José Luiz Galvão, 2200 | Bairro: Bom Jesus |
| Município: Ribeirão Preto | UF: SP |
| Telefone: 16 3329-9678 | E-mail: fiscal@rumospetroleo.com.br |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

| | |
|---|-----------------------------------|
| Nome: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS | CPF/CNPJ: 33.000.167/0001-01 |
| Endereço: AV REPUBLICA DO CHILE, 65 | Bairro: Centro |
| Município: Rio de Janeiro | UF: RJ |
| Telefone: (21) 2166-0000 | E-mail: CC-RFISC@PETROBRAS.COM.BR |

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

| | |
|--|-----------------------------|
| Denominação: Fazenda Eldorado, antiga Fazenda Palma da Babilônia | Área Total (ha): 79,84372 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrículas 59.349 e 59.350 | Município/UF: Uberlândia/MG |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-D2FAD5E294D5494E8A99A405E9846FFE | |

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade |
|---|------------|----------|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 0,3123 | hectares |

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Fuso | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
|---|------------|----------|------|---|--------------|
| | | | | X | Y |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 0,3123 | hectares | 22k | 773.963,38 | 7.898.253,17 |

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado a área | Especificação | m³ |
|--|---------------------------|-----------|
| Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos | Capacidade de armazenagem | 50.000 m³ |

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-----------|
| Cerrado | supressão de vegetação nativa | | 0,3123 |

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------|---------------|------------|---------|
| Lenha Nativa | lenha | 13,299847 | m³ |
| Madeira Nativa | madeira | 5,699934 | m³ |

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 01/07/2025

Data da vistoria: 30/07/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 30/07/2025

2. OBJETIVO

A Empresa Rumos Distribuidora de Petróleo S/A solicita uma supressão de vegetação nativa em uma área de 0,3123 ha, para viabilizar a implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A Empresa Petróleo Brasileiro S A Petrobrás é proprietário da Fazenda Eldorado, antiga Fazenda Palma da Babilônia, composta pelas matrículas nº 59.349 e 59.350 registradas no CRI de Uberlândia - MG, tendo como explorador a Empresa Rumos Distribuidora de Petróleo S/A, conforme documentação presente nos autos. A intervenção requerida é uma supressão de vegetação nativa em uma área de 0,3123 ha, para viabilizar a implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado. Coordenada geográfica da propriedade UTM 22K X 773.963,38 e Y 7.898.253,17.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-D2FAD5E294D5494E8A99A405E9846FFE

- Área total: 79,1443 ha

- Área de reserva legal: 15,9989 ha

- Área de preservação permanente: 0,6385 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 30,6321 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 15,9989 ha

() A área está em recuperação: ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de Imóveis de Uberlândia - MG, matrículas nº 59.349 e 59.350.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 02 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

4. Intervenção ambiental requerida

A intervenção requerida é uma supressão de vegetação nativa em uma área de 0,3123 ha, para viabilizar a implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG.

Taxa de Expediente: R\$ 691,78 - 31/03/2025

Taxa Florestal lenha: R\$ 102,99 - 31/03/2025

Taxa Florestal madeira: R\$ 294,60 - 31/03/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23136721

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa a Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Está fora de área prioritária

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos

- Atividades licenciadas: Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos

- Classe do empreendimento: 3

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAC

- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 30/07/2025 de forma remota. O proprietário solicita uma supressão de vegetação nativa em uma área de 0,3123 ha, para viabilizar a implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG. Na vistoria também pudemos observar que para a intervenção será em área comum e que não existe alternativa técnica locacional, devido a rigidez locacional da instalação e passagem do sistema de tubulação. No levantamento de espécies foram encontradas espécie protegida pela Lei nº 20.308/12 e espécie considerada ameaçada de extinção - vulnerável conforme a Portaria nº 148 do Ministério do Meio Ambiente, sendo um Ipê Amarelo, compensado na proporção de 1:1 e um Cedro, compensado na proporção 10:1, conforme preconiza as Leis.

O empreendimento em questão, de acordo com o IDE – SISEMA, está inserido no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado. A intervenção se faz necessária para implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo, sabendo-se que o empreendimento encontra-se localizado na Macrozona Expansão Urbana da cidade de Uberlândia.

Como medida compensatória pela supressão da espécie protegida e ameaçada de extinção (vulnerável) a empresa propõe o plantio de espécies nativas em área de APP que encontram-se degradadas, através de um PTRF - 111323232 apresentado que contempla uma área de 0,0099 ha, com o plantio de 11 mudas de espécies nativas, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

O material lenhoso estimado é de 13,299847 m³ de lenha nativa e de 5,699934 m³ de madeira nativa proveniente da intervenção, que serão destinados a doação.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: A propriedade possui topografia plana a suave ondulada.

- Solo: O Imóvel possui solos classificados como Latossolo Vermelho escuro álico e distrófico.

- Hidrografia: A propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Microbacia do Rio Araguari.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado. A metodologia utilizada como a área é pequena, foi o censo 100%, sendo mensurados todos os indivíduos arbóreos na área, sendo que cada indivíduo foi identificado, medido e listado em planilha, com a devida localização geográfica.

- Fauna: a biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta diversidade ecológica reduzida, pois está dentro do perímetro de expansão urbana da cidade, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte típicos da região.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria remota e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a intervenção requerida, haja visto não existir alternativa técnica locacional, e pela necessidade de implantação e instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo. A fitofisionomia predominante e as espécies vegetais identificadas no levantamento revelaram características do bioma Cerrado.

A reserva legal do imóvel está averbada em matrícula e devidamente identificada na planta topográfica acostada ao processo sem uso da APP no cômputo, trazendo viabilidade para o requerimento de intervenção.

Como medida compensatória pela supressão da espécie protegida e ameaçada de extinção (vulnerável) a empresa propõe o plantio de espécies nativas em área de APP que encontram-se degradadas, através de um PTRF - 111323232 apresentado que contempla uma área de 0,0099 ha, com o plantio de 11 mudas de espécies nativas, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização. A supressão do Ipê Amarelo só será possível por se tratar de utilidade pública, conforme preconiza a Lei.

Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o termo de referência específico, conforme previsto na Resolução conjunta SEMAD/IEF 3.106/2022 no seu Art. 19 § 4º - Prazo de 60 dias após a execução da intervenção.

O afastamento executado deve, minimamente, evitar, diminuir e mitigar impactos sobre a fauna silvestre oriundos da supressão vegetal, com base em um ordenamento da supressão vegetal que favoreça o afastamento natural da fauna, realizando resgates quando necessário. Animais em estivação devem ter locais e sítios identificados previamente, serem resgatados e destinados corretamente.

Caso necessária o resgate dos animais se faz necessária a autorização de Resgate e Destinação, junto ao órgão ambiental competente, conforme orientações constantes no site do IEF.

O material lenhoso estimado é de 13,299847 m³ de lenha nativa e de 5,699934 m³ de madeira nativa proveniente da intervenção, que serão destinados a doação.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes das intervenções requeridas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afastamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar demais espécies protegidas por Lei, está sendo autorizado o corte de um Ipê Amarelo e um Cedro.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora **Rumos Distribuidora de Petróleo S/A** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 0,3123ha, na Fazenda Eldorado, antiga Fazenda Palma da Babilônia localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrículas nº. 59.349 e 59.350 do SRI da Comarca de Uberlândia/MG.

2 – A propriedade possui área total de 79,84372ha, e possui reserva legal preservada, averbada dentro do imóvel, e informada no CAR, não inferior aos 20% exigidos por lei.

A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Foi informado o protocolo de cadastro no sinaflor.

3 – A intervenção tem por finalidade viabilizar a implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental, para a atividade de “Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos”, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental e no PIA anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PIA, PTRF, mapa, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 0,3123ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado stricto sensu, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa a baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

A intervenção requerida refere-se à supressão de 0,3123 ha de vegetação nativa no Bioma Cerrado, zona rural de Uberlândia-MG, para implantação de sistema de tubulação de petróleo, cuja localização é tecnicamente rígida e sem alternativa locacional. A área apresenta espécies protegidas e vulneráveis, como Ipê Amarelo e Cedro, com compensações previstas conforme legislação vigente. A empresa propõe como medida compensatória o plantio de 11 mudas nativas em APP degradada, conforme PTRF nº 111323232, além da doação de 13,299847 m³ de lenha e 5,699934 m³ de madeira nativa. A reserva legal está averbada e não inclui APP no cômputo. A supressão vegetal exige ações de afugentamento e, se necessário, resgate de fauna silvestre, conforme Resolução SEMAD/IEF nº 3.106/2022, com relatório simplificado a ser apresentado em até 60 dias após a execução. Não foram identificadas restrições à intervenção segundo análise remota e ferramentas do IDE-SISEMA.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 0,3123ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de intervenção sendo uma supressão de vegetação nativa em uma área de 0,3123 ha, para viabilizar a implantação e a instalação do sistema de tubulação para transporte de petróleo, sendo como proprietário a Empresa Petróleo Brasileiro S A Petrobrás e como explorador a empresa Rumos Distribuidora de Petróleo S/A, localizada na Fazenda Eldorado, antiga Fazenda Palma da Babilônia, composta pelas matrículas nº 59.349 e 59.350 registradas no CRI de Uberlândia - MG, localizada no município de Uberlândia, conforme documentos apresentados no processo PIA - 111323229 e Mapa da área - 111323238.

O material lenhoso estimado é de 13,299847 m³ de lenha nativa e de 5,699934 m³ de madeira nativa proveniente da intervenção, que serão destinados a doação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pela supressão da espécie protegida e ameaçada de extinção (vulnerável) a empresa propõe o plantio de espécies nativas em área de APP que encontram-se degradadas, através de um PTRF - 111323232 apresentado que contempla uma área de 0,0099 ha, com o plantio de 11 mudas de espécies nativas, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal - R\$ 630,53 - 04/08/2025

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Comprovar a execução e a evolução do PTRF apresentado nos estudos que contempla uma área de 0,0099 ha, com o plantio de 11 mudas de espécies nativas, em áreas de APP desprovidas de vegetação e que necessitam ser recuperadas. Ficando condicionado nessa autorização a comprovação, através de relatório técnico fotográfico, a execução e evolução do plantio, sendo que o primeiro relatório deverá ser protocolado seis meses após o plantio e os demais anualmente por um período mínimo de cinco anos.

Comunicar ao órgão ambiental qualquer alteração na execução do PTRF, durante a vigência da autorização.

Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o termo de referência específico, conforme previsto na Resolução conjunta SEMAD/IEF 3.106/2022 no seu Art. 19 § 4º - Prazo de 60 dias após a execução da intervenção.

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|--|--|
| 1 | Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos. | 6 meses após início do PTRF |
| 2 | Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos. | Anualmente por 5 anos |
| 3 | Comunicar ao órgão ambiental qualquer alteração na execução do PTRF | Durante a vigência da autorização |
| 4 | Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021. | 60 dias após a execução da intervenção |
| ... | | |

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**
MASP: 1.198.192-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Luiz Alberto de Freitas Filho**
MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor**, em 26/09/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 02/10/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **123555967** e o código CRC **90D09786**.

Referência: Processo nº 2100.01.0011967/2025-95

SEI nº 123555967